

Economia

REESTRUTURAÇÃO DO ESTADO

FDRH existe para garantir políticas públicas, argumentam funcionários

Sede do órgão foi negociada com o Zaffari antes do envio do projeto de extinção à Assembleia

Carolina Hickmann

carolina@jornaldocomercio.com.br

A Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH) está no rol de instituições que podem ser extintas através do Projeto de Lei do Executivo nº 246/16. Os funcionários alegam que a fundação tem trajetória de consolidação de políticas públicas, enquanto o governo justifica que o enxugamento da máquina pública é necessário.

A FDRH é responsável pela inclusão no mercado de trabalho de mais de 9 mil estagiários em todo o Estado, além de promover concursos para as três esferas da administração pública. “Ao longo de 44 anos nunca tivemos um concurso público anulado”, conta o agente administrativo com 37 anos de casa, Job Osório. Além disso, a fundação administra a Escola de Governo, órgão criado para qualificar o serviço público estadual.

Pouco mais de 10 linhas justificam o projeto que autoriza a extinção de cinco fundações de direito privado da administração pública indireta do Estado. O texto não trata de cada uma especificamente, mas alega que “as atuais circunstâncias exigem uma administração pública enxuta”, sem co-



FREDY VIEIRA/JC

Mais de 9 mil estagiários foram inseridos no mercado através da FDRH

municar dados das fundações ou da economia gaúcha. Durante o anúncio do pacote de medidas no qual o projeto está inserido, o secretário-geral de Governo, Carlos Búrigo, afirmou que a decisão faz parte “de um trabalho conceitual (do governo) sobre qual fundação queremos e qual o Estado precisa no dia a dia”. O projeto integra o enxugamento proposto pelo governador José Ivo Sartori (PMDB).

Em outubro, a Assembleia Legislativa aprovou a cedência do prédio da FDRH ao Grupo Zaffari, em troca de mil vagas criadas no sistema prisional. Búrigo comenta que inicialmente a permuta pro-

posta pelo governo passado seria pela transferência da fundação para outro local. “Já que prevemos a extinção, optamos por permutar por vagas prisionais”, explica o secretário.

Indignado com o fato de o governo ter antecipado a decisão de negociar a sede da FDRH, Job afirma que a orientação partiu da Procuradoria-Geral do Estado. “Quando se vende imóveis das fundações, fatalmente se encaminha a sua extinção”, explica. Assim, caso os parlamentares decidam pela não extinção da fundação, haverá um impasse quanto a sua estrutura física.

O governo criou um site dedicado a esclarecer questões relativas ao pacote no qual o projeto está inserido. Nele, sobre a FDRH, constam os dados financeiros do ano passado. Em 2015, a receita da fundação, adquirida através de cursos, taxa de concursos e o repasse de R\$ 4,6 milhões do Tesouro, foi de R\$ 11 milhões. A despesa empenhada pelo governo foi de R\$ 15,6 milhões.

Búrigo alega que, em 2015, um concurso realizado para o Banrisul aumentou a obtenção de receitas. Job lembra que existe um passivo judicial incluído nas despesas da fundação. Elas seriam referentes a estagiários que não tiveram sua bolsa-auxílio reajustada de acordo com o quadro do Estado em governos anteriores.

“A Fundação está sendo responsabilizada como se fosse autora de um passivo trabalhista. Não tivemos alternativa, não é de competência da fundação o reajuste salarial”, afirma Job. Essas pendências, de acordo com o funcionário, não se extinguem com a instituição. Búrigo afirma que será necessário avaliar a questão com o jurídico do Estado. “Isso iremos analisar com o departamento jurídico. É evidente que o governo vai ter que discutir essas ações.”

Fim da Fundação de Recursos Humanos pode acarretar série de ações trabalhistas

Caso a FDRH seja extinta, cerca de 80 funcionários serão demitidos. O governo assegura que, ao se extinguir uma fundação através de seu CNPJ, descarta-se a possibilidade de ações trabalhistas. “Isso foi estudado juridicamente e estamos fazendo de uma forma que não resulta em passivo trabalhista”, afirma o secretário Carlos Búrigo.

Para o conselho de servidores, a extinção acarretará em uma série de processos judiciais movidos

pelos servidores contra o Estado. Os funcionários alegam que não podem ser demitidos e precisarão ser reagrupados ao quadro do funcionalismo estadual. “A verdadeira atividade-fim das fundações é a execução de políticas públicas, em nosso caso, a capacitação do serviço público e inclusão de jovens no mercado de trabalho”, explica Job. O Conselho Regional de Administração (CRA-RS) tem críticas ao projeto e questiona quem irá to-

mar providências quanto ao trabalho realizado pela fundação. Para isso, será entregue, em nome da organização, uma emenda que sugere o remanejamento dos profissionais da FDRH para a Uergs. Para o conselho, as instituições possuem organização de cargos semelhantes.

Já o diretor executivo da Agenda 2020, Ronald Krummenauer, avalia que “a maioria dos serviços da fundação é feito para o próprio governo. Para a sociedade, se o ser-

viço vai ser realizado na Secretaria de Administração não tem diferença”, argumenta. A vice-reitora de extensão da Universidade de Passo Fundo, Bernadete Maria Dalmolin, considera a FDRH “fundamental para o ensino, pesquisa e extensão e o desenvolvimento socioeconômico do Estado”. O governo alega que a responsabilidade pela gestão de estágios e a execução de concursos públicos pode ser transferida para a iniciativa privada.

HISTÓRICO

A Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos foi fundada em 15 de dezembro de 1972. A intenção de sua criação foi de identificar a força de trabalho necessária no Estado e quais os processos poderiam ser aperfeiçoados. Atualmente, a FDRH atende a administração de concursos públicos, gestão de estágios e assessoramento organizacional com suporte administrativo a municípios do Rio Grande do Sul.

NÚMEROS DE 2015

Receita total
R\$ 11,1 milhões
Folha de pagamento
R\$ 5,9 milhões
Outros gastos com custeio
R\$ 15,6 milhões

O QUE DIZ O GOVERNO...

“Funções da fundação não são prioritárias para o governo atualmente”

“Estado precisa enxugar a máquina pública”

“Iniciativa privada poderia suprir as necessidades enquanto Escola de Governo passaria para a Secretaria de Administração”

O QUE DIZ A FDRH...

“Fundação tem trajetória exemplar de 44 anos de administração de concursos públicos”

“Demissões de funcionários irão gerar passivo trabalhista para o Estado”

“Fundações não foram criadas para gerar lucro, mas para efetivar políticas públicas como inclusão de jovens no mercado de trabalho”

ESTRATÉGIA

Governo
Argumenta não ter espaço na máquina pública do Estado para questões que não sejam dever do Executivo estadual.

FDRH
Alega que fundação precisa ser mantida por assegurar a idoneidade de concursos públicos para o Estado, além de promover a qualificação profissional de servidores e a inclusão de jovens no mercado de trabalho.

Precaver, o plano de previdência do Sistema Unicred.

Faça do seu futuro um grande projeto de vida. Venha para o Precaver.
unicred.com.br/centralrs



O PLANO DE PREVIDÊNCIA DO SISTEMA UNICRED

UNICRED

